

A memória maçônica da Augusta e Respeitável Loja Simbólica (ARLS) ORDEM E TRABALHO no cemitério municipal da Vila Jacuí - Restinga Seca (RS).

La memoria Masónica de Augusta y la Respetable Logia Simbólica (ARLS) ORDEN Y TRABAJO en el cementerio municipal de Vila Jacuí - Restinga Seca (RS).

Jair Flores da Silva¹
Dra. Fernanda Kieling Pedrazzi²

Resumo: Neste Artigo, analizaremos a arte funerária manifestada no cemitério da Vila Jacuí na cidade de Restinga Seca, estado do Rio Grande do Sul, Brasil, como elemento de revelação histórica de uma localidade que teve o seu apogeu no final do século XIX e início do século XX. Nesse cemitério, na década de noventa, foram descobertos túmulos com emblemas da Maçonaria o que, através de pesquisas, revelou a existência de uma Loja Maçônica que esteve em atividade nessa vila no período de 1895 a 1912. Os participantes dessa agremiação, muitos inclusive oriundos de outros países, deram significativa contribuição para o desenvolvimento da região bem como se desvelou a importância histórica e geográfica dessa vila, contribuindo para o crescimento econômico e populacional do Estado, num determinado período.

Palavras-chave: Memória Cemiterial, Patrimônio Histórico-Cultural, Maçonaria.

Resumen: En este artículo analizaremos el arte funerario manifestado en el cementerio de Vila Jacuí en la ciudad de Restinga Seca, estado de Rio Grande do Sul, Brasil, como elemento de revelación histórica de un lugar que tuvo su apogeo a finales del siglo XIX. Siglo XIX y principios del XX. En este cementerio se descubrieron en los años noventa tumbas con emblemas de la Masonería que, mediante investigaciones, revelaron la existencia de una Logia Masónica que estuvo activa en este pueblo desde 1895 hasta 1912. Los participantes de esta asociación, muchos de ellos procedentes de otros países, hizo un aporte significativo al desarrollo de la región, además de revelar la importancia histórica y geográfica de esta villa, contribuyendo al crecimiento económico y poblacional del Estado, en un período determinado.

Palabras clave: Memoria Cementerio, Patrimonio Histórico-Cultural, Masonería.

1. INTRODUÇÃO

Esse Artigo é o resultado de uma pesquisa de campo, mais precisamente, o que comumente designamos como “campo Santo”, pois foi através de descobertas de túmulos num cemitério contendo emblemas da Maçonaria que foi constatada a existência de uma loja Maçônica denominada “(ARLS) Loja Maçônica Ordem e Trabalho”, que esteve em atividade na Vila Jacuí, atualmente pertencente à cidade de Restinga Seca, estado do Rio Grande do Sul, Brasil, entre o período de 1895 a 1912. A Loja esteve nesse lapso de tempo sob a jurisdição do Grande Oriente do Brasil e a sua ritualística era baseada no Rito Escocês Antigo

¹ Mestrando em Patrimônio Cultural Universidade Federal de Santa Maria – Brasil

² Professora orientadora.

e Aceito. Conforme o acervo de documentos mantidos pela própria Loja e pelo Grande Oriente do Rio Grande do Sul, GORGS, tivemos acesso a atas, listas de presenças, certificados e outros documentos que atestam e comprovam todo o processo histórico envolvendo os membros dessa instituição conhecida mundialmente que é a Maçonaria, bem como a influência de seus membros no desenvolvimento daquela região.

Esses arquivos, devidamente preservados, representam a possibilidade de resgatarmos episódios históricos que de certa forma, mobilizaram grupos de pessoas com propósitos desenvolvimentistas baseados nas práticas da preservação dos padrões morais e éticos estimulados e praticados pela Ordem Maçônica.

A descoberta dos túmulos contendo símbolos maçônicos na Vila Jacuí é bastante surpreendente. Nos séculos XVIII e XIX, a igreja católica exerceu uma forte perseguição à Maçonaria e aos seus membros. Conforme <http://obramissionaria.com.br>, O papa Leão XIII através da Carta Encíclica “Humanun Genus” condenou a Ordem Maçônica e aos maçons.

Nesta época, entretanto, os partisans (guerrilheiros) do mal parecem estar se reunindo, e estar combatendo com veemência unida, liderados ou auxiliados por aquela sociedade fortemente organizada e difundida chamada os maçons. Não mais fazendo qualquer segredo de seus propósitos, eles estão agora abruptamente levantando-se contra o próprio Deus” (LEÃO PP. XIII).

Portanto, qualquer cidadão que de alguma forma se manifestasse como adepto da Ordem, sem nenhuma dúvida passava a ser mal visto pelos religiosos da igreja dominante no país. “Os fiéis fugirão das associações secretas, condenadas, sediciosas, suspeitas ou que procuram subtrair-se à legítima vigilância da igreja” (cân.684). Era, portanto, algo surpreendente que familiares decorassem os túmulos dos entes queridos mortos com símbolos identificados a essa instituição declaradamente inimiga da igreja. “O polêmico e conturbado relacionamento entre a maçonaria e a igreja católica desde o século XVIII, em termos internacionais, quando das primeiras condenações pontificiais, agravou-se no transcorrer do século XIX” (COLUSSI, p.365).

Em função da descoberta dessas sepulturas a Vila Jacuí e seu cemitério municipal passaram a despertar o interesse de pesquisadores de assuntos maçônicos e dos demais membros das lojas maçônicas do entorno que ficaram interessados em conhecer um pouco da história dessa localidade que representou por um período de tempo um importante local de convivência e atividade da maçonaria sul-riograndense.

2. A VILA JACUI.

Jacuí é uma vila pertencente ao município de Restinga Seca, estado do Rio Grande do Sul, distante cerca de quarenta quilômetros da cidade sede. Está situada na margem direita do rio Jacuí. No início da colonização do estado, a vila representou uma importante localização geográfica servindo de local para transposição do rio, daí a razão da denominação inicial de Passo do Jacuí, onde circulavam em direção ao centro do estado, tropeiros de gado e comerciantes de charque provenientes das missões jesuíticas.

Não há registros que determinem uma data específica que determine a criação desse percurso de ligação entre a fronteira oeste com o centro do estado. A primeira estrada ligando a capital com o interior atravessa nosso município no sentido leste oeste numa extensão de mais de sessenta quilômetros, cuja data de abertura não se tem conhecimento, mas poderá ter sido antes de 1600, em registro de documentos oficiais, consta 1734, toda ela traçada no divisor d'água de campos e matas. “Por essa estrada passaram as tropas de Sepé Tiaraju nos combates do forte Jesus-Maria-José em Rio Pardo e Passo do Jacui em nosso município (BISOGNIN, pag.8)”. Assim, a Vila de Jacuí estabeleceu-se a partir de 1626, com o movimento das comitivas de condutores de gado vacum, charqueadores e produtores de pecuária muars já estabelecidos na região das missões e que eram conduzidas até a capital. Segundo Moraes (1959), não existia uma ligação terrestre que ligasse o extremo sul ao restante do país. Assim, o gado destinado ao comércio (vacum ou muar), seguia por terra até Laguna e depois embarcada, era transportado até o porto de Santos.

Conforme o Arquivo Histórico de Cachoeira do Sul, o aumento considerável da circulação de gado e comerciantes nessa região e o fim da revolução Farroupilha, fez com que o Presidente do estado, o então Barão de Caxias, determinasse a construção de uma ponte sobre o rio Jacuí, cujos trabalhos iniciaram em 1848, sob a responsabilidade do empreiteiro Ferminiano Pereira Soares. Por motivos diversos, a ponte somente foi aberta ao trânsito em 1871, levando 24 anos para a sua conclusão. Essa obra consolidou a condição de Vila para o local, visto a chegada e o estabelecimento de operários contratados para o serviço.

“A navegabilidade do rio Jacuí permitiu ao governo provincial fundar as colônias de Santa Cruz (1849), Santo Angelo, atual Agudo (1857), Nova Petrópolis (1858) e Monte Alverne (1859). Com isso, aumentou a circulação de navios à vapor pelo rio Jacuí, com transporte de víveres e pessoas (MACHADO, pag.24)”. Segundo publicado no Anuário Rio-Grandense de 1885: “De Porto alegre parte o vapor D. Pedro todas as terças-feiras ao meio-dia. Regressa de Jacuhy todas as quintas-feiras às 6 horas da tarde”.

Em 1877 o governo imperial determinou a construção da estrada de ferro ligando Porto Alegre a Uruguiana. “a principal linha férrea foi implantada no Rio Grande do Sul (por sua

importância econômica e estratégica). Neste período é a estrada Porto Alegre – Uruguaiana, sua construção iniciou-se em 1877 (FERREIRA FILHO, 1972, pag. 135)”. Segundo publicado no Anuário Rio-Grandense de Graciano A. De Azambuja, em 1885: “o tráfego entre o centro do estado até a estação férrea de Jacuí já estava em funcionamento desde 1883. Está aberto o tráfego entre as estações da margem do Taquary e do Jachuy (no passo do mesmo nome) e espera-se que até março ou abril de 1885 seja inaugurado o tráfego até Santa Maria da Boca do Monte”. Segundo o Anuário, a distância entre a estação de Porto Alegre até Jachuy era de 182 quilômetros, aproximadamente. Conforme tabela expressa no referido Anuário, o trem chegava a Jachuy às 15 horas da tarde e partia para Porto Alegre no dia seguinte, às 07 horas da manhã. Ainda nessa mesma edição do Anuário, consta a seguinte nota: “Em 1885, a transmissão de Telegramas pela linha telegráfica da Estrada de ferro custa 100 réis por palavra e mais 100 réis pelo recibo, observadas as regras estabelecidas para as outras linhas telegráficas do Estado. Este preço é comum em todas as estações da linha férrea”.

A vila também era servida pelos serviços postais. Em 1885, funcionava uma agência dos correios em Jacuí. Conforme o Anuário, o correio da capital expedia diariamente mala postal contendo correspondências para Jacuí transportada pela linha férrea. As postagens de cartas para aquela localidade podiam ser feitas diariamente até as 16 horas na capital da província, Porto Alegre, sendo que as correspondências eram recebidas diariamente as 10 horas da manhã do dia seguinte em Jacuí, vindas pelo trem. Naquela época, as cartas que circulavam dentro do Império pagavam a taxa uniforme de 100 réis por porte simples de até 15 gramas.

Não havia em Jacuí nenhuma tipografia e o jornal de maior circulação local era o “Pharol” editado e publicado na cidade de Cachoeira do Sul, com tiragem as quintas e domingos, sendo recebidos pelo trem. Embora não sendo um jornal declaradamente político, tinha inclinações às ideias republicanas cujo proprietário era o Sr. João Maia.

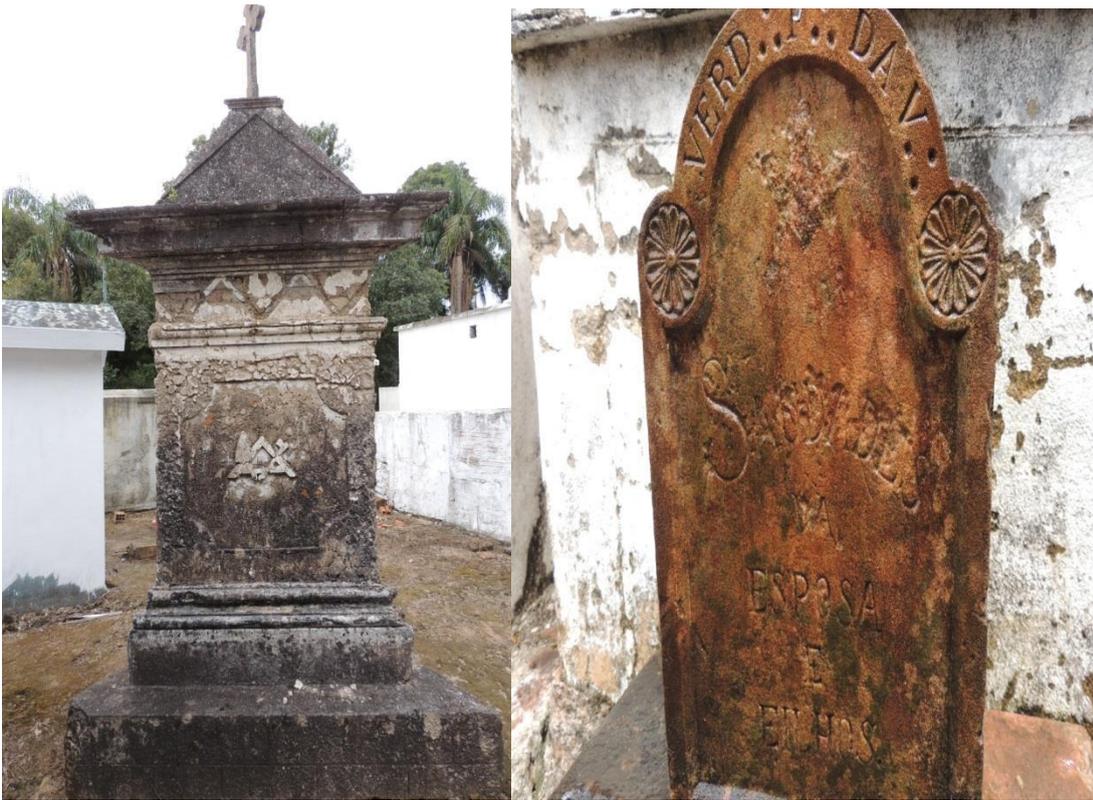
O início da decadência da vila se deveu principalmente ao fato de que as oficinas ferroviárias foram transferidas para Garibaldi em 1949. Essas oficinas eram o meio de sustento de grande parte dos moradores, movimentando a vila. Sobre isso, a Prefeitura Municipal de Restinga Seca publicou na sua página oficial o seguinte texto:

Após uma briga particular entre o chefe da estação responsável pelas oficinas com um funcionário, as mesmas foram transferidas de local. Por esse motivo e por outros considerados “folclóricos”, a Vila de Jacuí já não prosperava mais. Conta-se que em um só dia mudaram-se dali sessenta e duas famílias. As casas foram ficando abandonadas, as oficinas fecharam e o movimento dessa região caiu drasticamente. Ainda hoje restam desse lugar memórias daquela época em prédios antigos como o da estação do trem e outras casas. (<http://www.restingaseca.rs.gov.br>)

2. O CEMITÉRIO DA VILA JACUI EM RESTINGA SECA – RS

O maçom Bruno Ary Homrich, na época, membro da Augusta e Respeitável Loja Simbólica Fraternidade VI da cidade de Restinga Seca, RS, na década de noventa, ao visitar o cemitério municipal da Vila de Jacuí daquela cidade, teve uma grata surpresa: deparou-se com alguns túmulos decorados com símbolos da maçonaria. A partir daí, foram empreendidas pesquisas e buscas em antigos documentos guardados em arquivos do Grande Oriente do Rio Grande do Sul, GORGS, e na Loja Maçônica Liberdade, de Cachoeira do Sul. A partir da confrontação de nomes e datas contidos nos jazigos, apurou-se a existência de uma loja maçônica que esteve em atividade nessa vila, no período de 1895 a 1912, denominada Loja Ordem e Trabalho. Essa descoberta acabou despertando a curiosidade de outros maçons de Restinga Seca que, em conjunto, decidiram reativar a referida loja maçônica. No dia 14 de novembro de 1998, dez maçons com a presença do Soberano Grão-Mestre, realizaram uma Sessão Magna oficializando o retorno às atividades maçônicas da Loja Ordem e trabalho. Atualmente, essa instituição funciona na Estrada Municipal Otto Homrich, S/N, na cidade de Restinga Seca/ RS, realizando suas reuniões ritualísticas nas terças-feiras, às 19h30min, no Rito Adonhiramita.

Por esses episódios, a vila Jacuí e seu cemitério municipal passaram a despertar o interesse de pesquisadores de assuntos maçônicos e dos demais membros das lojas maçônicas que ficaram interessados em conhecer um pouco da história dessa localidade que representou por um longo período um importante local de convivência e atividade da maçonaria sul-riograndense e brasileira.



Fotografias de Darlete Berger. Acima, o primeiro túmulo é de Henrique Baldini, imigrante italiano, comerciante, que foi iniciado na Loja Ordem e Trabalho em 22 de maio de 1897, aos 49 anos. O túmulo ao lado não tem indicativo, mas percebe-se a frase com abreviatura maçônica e o esquadro e compasso da Ordem.

3. A RESPEITO DA MAÇONARIA.

A Maçonaria, desde a sua existência formal enquanto sociedade de adeptos, a partir de 1717, na Inglaterra, tem enfrentado opositores ferrenhos que a combatem de todas as formas. Sua característica secreta tem suscitado lendas e temores em torno dela, principalmente no princípio de sua atividade, o que obrigava seus membros a zelarem pelo sigilo e discrição de suas participações. Muitas vezes, os próprios familiares desconheciam as atividades maçônicas dos iniciados que se dispunham a manter seus segredos a qualquer custo.

Mas afinal, o que é a Maçonaria? É uma organização composta essencialmente por homens que, uma vez convidados para o ingresso e tendo os seus hábitos e comportamentos analisados por uma comissão de maçons previamente, passam por um processo de iniciação (espécie de ritualística) sendo declarado maçom e passando a compor o quadro de uma loja maçônica. O templo maçônico, construído aos moldes do templo de Salomão citado na Bíblia Sagrada, é repleto de símbolos. De certa forma, permite ao iniciado construir passo a passo,

um edifício espiritual baseado principalmente nas alegorias representadas e no estímulo ao conhecimento filosófico e a prática incessante da virtude proposta pela Ordem.

A Maçonaria não é uma religião, embora exista o culto a um ser superior a quem os maçons denominam Grande Arquiteto do Universo (Gadu). Os maçons, quando mortos, são sepultados dentro da ritualística da sua própria religião e seus túmulos ficam assim identificados. Porém, ao longo da história, são encontrados túmulos em alguns cemitérios apresentando símbolos maçônicos, identificando que ali se encontra sepultados alguns maçons como ocorreu no cemitério da Vila de Jacui.

A Maçonaria como a conhecemos surge na idade média, através das corporações de operários e artífices construtores que dominavam os conhecimentos de engenharia e arquitetura. Esses conhecimentos eram mantidos em segredo e os grupos que os dominavam, adotavam critérios de confiabilidade entre si, através de palavras de reconhecimento e apertos de mão. “É na Inglaterra que vamos encontrar a guilda dos pedreiros, a Free Masonry, assumindo características próprias, distintas das outras corporações, e que em sua evolução virá a transformar-se, no início de 1717, na forma atual da maçonaria”(CONCEIÇÃO, 1998. Pag 35).

O movimento positivista, uma corrente filosófica desenvolvida por Augusto Comte em 1848, surge na Europa com ideias libertárias e influencia significativamente a maçonaria que passa a adotar o lema “Liberdade, Igualdade e Fraternidade”.

4. A MAÇONARIA NO BRASIL.

Não existem registros oficiais que tratam do início das atividades maçônicas no Brasil. Sob forte influência inglesa, a maçonaria desembarca na América colonial entre os séculos XVIII e XIX e tem sua expansão nas sociedades político-literárias com algum cunho secreto.

A forte influência do pensamento iluminista europeu no Brasil levou a reunir propagadores dessas concepções filosóficas que alcançou grande repercussão na Europa durante o século XVIII. Esses intelectuais se reuniam em aerópagos, uma espécie de clube de pessoas eminentes, sendo o principal deles o denominado Aerópago de Itaimbé. Para muitos pesquisadores, considerado como a primeira loja maçônica do Brasil, foi fundado no ano de 1796 na cidade de Itaimbé, estado de Pernambuco, por Manuel de Arruda Câmara. O Aerópago se assemelhava ao funcionamento de uma loja maçônica e em função disso é que muitos pesquisadores atribuem ao surgimento da maçonaria no Brasil.

À existência dessa sociedade “Era o Aerópago um aparelho informativo, a exemplo dos ajuntamentos jacobinos do Rio de Janeiro, onde se lia e comentavam gazetas e livros europeus” (RIZZIN, Carlos, pag.31). Esses núcleos intelectuais passam a ter grande significância na luta pelas causas emancipacionistas do Brasil. Do ponto de vista político, a defesa do liberalismo estava associada à luta pela emancipação do Brasil colonial com forte

atuação dos maçons que participavam dessas sociedades.

A segunda fase da história da maçonaria no Brasil, ainda no século XIX, inicia com a formação oficial das primeiras lojas maçônicas entre os anos de 1800 e 1822. Os maçons atuavam como membros de grupos políticos liberais brasileiros, vindo a ter significativa participação na independência do Brasil.

Segundo a literatura maçônica, a primeira notícia do funcionamento de uma loja regularmente em atividade no Brasil data de 1800, denominada de “União” e localizada na cidade de Niterói, estado do Rio de Janeiro. Posteriormente e com a união de outras lojas que também estavam iniciando os seus trabalhos, resulta a Loja Reunião, filiando-se ao Grande Oriente da Ilha de França (Fundado em 1778), após tratativas com uma frota naval francesa aportada no Rio de Janeiro.. “A Loja recebeu sua patente do Grande Oriente da Ilha de França, e adotou o Rito Adoniramita. Mais tarde, fundiu-se com as lojas Constância e Filantropia” (DA CAMINO, Rizzardo, Pag.31).

Entretanto, em 1806, os trabalhos maçônicos no Brasil são suspensos, ocorrendo a partir daí, alguns períodos de perseguição à Ordem e aos maçons tendo em vista a efetiva participação dos maçons nos movimentos revolucionários a partir do século XVIII.

Com a vinda da família real para o Brasil houve alterações significativas nos movimentos políticos com a eclosão de revoluções como a Pernambucana, em 1817, que reacendeu o espírito revolucionário dos liberais brasileiros com a forte participação da maçonaria brasileira. Nesse contexto em que cada vez mais cresciam as divergências entre os brasileiros, a fundação do primeiro Grande Oriente Brasileiro cumpriu um papel fundamental. Em 17 de julho de 1822 ocorreu a fundação oficial do Grande Oriente Brasileiro ou Brasília sendo José Bonifácio eleito o seu primeiro Grão-Mestre.

O imperador Dom Pedro I, iniciado na Maçonaria no Brasil, foi quem o substituiu e, após proclamar a independência em sete de setembro, decidiu fechar o Grande Oriente e proibir as atividades maçônicas que permaneceram na clandestinidade até 1831, quando foi reestruturado o Grande Oriente Brasileiro. “Em relação às adesões de Bonifácio e de D. Pedro à Maçonaria, essas, certamente se deveram ao reconhecimento do prestígio e da importância da instituição. Mais ainda, a capacidade dos maçons de aglutinar forças, de movimentar e agitar a opinião pública, já havia sido mostrado nas manifestações públicas organizadas por eles” (COLUSSI, Eliane Lucia, Pag 102).

A partir daí a Ordem Maçônica seguiu exercendo forte influência sobre os principais episódios históricos do país, através da atuação dos seus membros, principalmente até o episódio da Proclamação da República em 15 de novembro de 1889, não mais deixando de exercer as suas atividades.

Não há um número oficial visto que além do Grande Oriente do Brasil, são considerados maçons regulares os membros da Grande Loja do Brasil e Grandes Orientes Estaduais, além do que, diariamente, novos membros são recebidos nos templos maçônicos brasileiros, mas alguns pesquisadores afirmam que atualmente no Brasil existem mais de seis mil lojas maçônicas espalhadas por todo o território nacional contando com mais de 200 mil maçons regulares.

5. A MAÇONARIA NO RIO GRANDE DO SUL.

Embora vinculada à sua vertente principal, ou seja, a maçonaria brasileira, os maçons gauchos também receberam forte influência de uma vertente internacional, de origem latina de forte aspecto político e anticlerical. Essas influências externas deram um sentido mais amplo no comportamento social, político e cultural do Rio Grande do Sul com destaque à filantropia e uma forte liberdade de pensamento durante suas atividades no século XIX. “A inclusão da Maçonaria aparece quase sempre vinculada à esfera da política e, mais precisamente, aos acontecimentos em torno da Revolução farroupilha, num segundo grupo, é abordada como uma das instituições culturais e assistencialistas presentes na história de alguns municípios gauchos” (COLUSSI, pag. 164).

Percebe-se que as atividades maçônicas no estado sofreram forte influência do ideário iluminista e liberal, tornando-se uma força externa e influenciando de forma significativa nesse período revolucionário do estado.

A primeira Loja maçônica instalada no estado do Rio Grande do Sul denomina-se “Philantropia e Liberdade”, implantada em 25 de dezembro de 1831 na cidade de Porto Alegre, pelo Grande Oriente do Passeio.

Embora a ausência de documentos escritos, alguns líderes farrapos foram iniciados na Ordem Maçônica. Entretanto, a instituição maçônica ainda dava os seus primeiros passos no estado, pelo que alguns historiadores recomendam que essa identificação entre Maçonaria e Revolução Farroupilha não deva ser feita. Importante é o destaque que deve ser dado no trato da atuação de maçons nos dois lados do conflito, o que se coloca é que, devido às teses e reiteradas pesquisas, foi a Maçonaria que protagonizou a Guerra dos farrapos.

Souza Doca em sua obra sobre a história do Rio Grande do Sul afirma: “A Maçonaria rio-grandense possui lojas em todos os municípios. É uma instituição de grande prestígio e conta com representantes nas mais altas classes sociais e entre os nossos homens mais cultos”.

Atualmente o Rio Grande do Sul tem cerca de dez mil maçons distribuídos em 200 lojas sendo que 78 delas estão na capital do estado. Fonte: <http://gauchazh.clicrbs.com.br>.

5. A LOJA ORDEM E TRABALHO.

Conforme pesquisa nos documentos originais arquivados na Loja Ordem e Trabalho e no acervo do Grande Oriente do Rio Grande do Sul, GORGS, as atividades maçônicas da Loja transcorreram no período de 1895 a 1912. Assim consta registrado na ata de fundação e instalação da Loja: “À Gloria do Grande Arquiteto do Universo!” Secretaria da Augusta Loja Ordem e Trabalho, Grande Oriente do Rio Grande do Sul. Oriente de Jacuhy. Aos dez dias do mes de dezembro de 1896 da Era Vulgar, data da instalação e regularização desta Oficina.

Nomes das cinco luzes (dirigentes):

Venerável Instalado: Francisco Zanon

Primeiro vigilante: Hilaryo Ribeiro de Andrade e Silva

Segundo Vigilante: Manoel Marques da Rocha

Orador: Leovegildo Velozo da Silveira

Secretário: Jose da Fontoura Reys.

Data das Sessões: aos sábados.

Secr.: da Aug.: Loj.:
GR.: OR.: DO
AO OR.: DE JACUHY

“Ordem e Trabalho.”
Rio Grande do Sul
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

aos 8 dias do mez de Agosto 1896 E. V.
S.: S.: S.:

Ao Resp.: Si.

João Loreto de Carvalho e Silva
Or.: Reg.: Num.:

Tenho o prazer de communica-vos, que, aos 7 dias do mez de Maio do corrente anno, foi instatada e regularizada, neste Or.:, a Loj.: Ordem e Trabalho, sob os auspícios do Grande Or.: do Rio Grande do Sul, ficando a sua primeira administração Int.: assim constituida:

Pres.: Int.: Francisco Hanon G.: 3.:
1.º Vig.: Int.: Ricardo Roberto de Andrade e Silva G.: 3.:
2.º Vig.: Int.: Manoel Maria da Rocha G.: 3.:
Orad.: Int.: Lougildo Lúcio da Silveira Gr.: 3.:
Secr.: Int.: José da Torre.ª Rijs. G.: 3.:
Thes.: Int.: José Hanon G.: 3.:
Peechei Ill.: Sr.: e transmittiu aug.: 
da vossa off.: uma saudação por 3.: e 3.: que
noz os Cop.: deste templ.: vos enviamos

O Secr.: Int.:
José da Torre.ª Rijs. G.: 3.:

Fotografia: Acervo da Loja Ordem e Trabalho

Segundo o acervo do Grande Oriente do Rio Grande do Sul, a loja esteve em funcionamento até o ano de 1912 quando segundo o jargão maçônico “Abateu colunas”, ou

seja, deixou de funcionar ritualisticamente. Somente a partir da descoberta dos túmulos no antigo cemitério da Vila de Jacuí na década de noventa, foi possível recuperar parte da história dessa loja maçônica e alguns documentos originais. Isso estimulou um grupo de maçons de Restinga Seca a refundar a loja, o que ocorreu em 14 de novembro de 1998, tendo sido eleito Venerável Mestre o Sr. Paulo Naujorks.

10 - A FOLHA - RESTINGA SÊCA, 30/11/98

Nova Loja Maçônica em Restinga Sêca

No dia 14 de novembro, foi realizada nas dependências da Loja Maçônica Fraternidade VI de Restinga Sêca, uma Sessão Magna que oficializou o retorno às atividades maçônicas da Loja Ordem e Trabalho, fundada em 13 de outubro de 1895 na localidade de Jacuí e que havia sido extinta por volta de 1912. A Loja Ordem e Trabalho, durante a sua existência, colaborou significativamente para o desenvolvimento do município e região, tendo entre seus participantes pessoas de reconhecido destaque como Domingos Mostardeiro, entre outros. Seu primeiro presidente foi Francisco Zanon. Graças aos esforços de maçons locais e com o decisivo apoio do Delegado da Região Maçônica, Dr. Landri Ludke e do Grão-Mestre da Maçonaria Rio-Grandense, Dr. Milton Barbosa da Silva, grande incentivador da Ordem cujo objetivo maior é fundar, no mínimo, uma Loja Maçônica em cada município do Estado, foi possível tornar realidade o retorno da Loja Ordem e Trabalho de Jacuí. Paulo Francisco Naujorks foi o eleito entre os membros para dirigir a Loja, sendo o atual presidente. Estiveram presentes diversos visitantes de outras localidades, entre eles, o Sr. Moacir Sibemberg, Inspetor do Rito Adonhiramita no Estado do Rio Grande do Sul.

Jair Flores da Silva



Paulo F. Naujorks, Moacir Sibemberg e Milton Barbosa da Silva

Fotografia de Antonio Clovis Gonçalves

Atualmente a loja está situada em templo próprio na Estrada Otto Homerich S/N, na cidade de Restinga Seca e o atual Venerável Mestre é o Sr. Douglas de Oliveira Soder. O quadro de filiados da Loja conta com vinte membros e as sessões são realizadas às terças-feiras, no Rito Adonhiramita.

Entrada do Templo da Loja Maçônica Ordem e Trabalho.



Fotografia de Antonio Clóvis Gonçalves.

6. CONCLUSÃO.

A Maçonaria praticada na vila Jacuí na virada do século XIX para o século XX é a mesma que aportou no Brasil no finalzinho do século XVIII trazendo da Europa os ideais positivistas. A Loja Maçônica Ordem e Trabalho da Vila Jacuí no primeiro período da sua existência cumpriu rigorosamente o seu papel enquanto uma escola filosófica de cunho universal, recebendo estrangeiros que desembarcavam no país com expectativas de uma vida melhor. A Vila Jacuí, no período da existência dessa Loja Maçônica, respirou ares de desenvolvimento com a chegada de empreendedores, construtores, pensadores. Homens que buscavam o bem comum de uma sociedade através do entendimento e do diálogo fácil, inspirados pelo tríptico: Liberdade, Igualdade e Fraternidade que estimula a prática da união entre os homens fundamentada na igualdade de direitos de todos os seres humanos que aspiram por liberdade.

Quando fazemos referência à memória maçônica contida no cemitério da Vila Jacuí, falamos a respeito de patrimônio cultural e estamos tratando de um contexto de bens de natureza material ou imaterial, aqueles que possuem algum tipo de importância histórica ou cultural e que tenham representatividade para algum grupo ou comunidade. Segundo o IPHAN, 2017, o patrimônio cultural é composto por monumentos, conjuntos de construções e sítios arqueológicos, de fundamental importância para a memória, a identidade e a criatividade dos povos e a riqueza das culturas.

Ainda que não seja um espaço tradicional enquanto patrimônio material cultural, um cemitério pode tornar-se um verdadeiro museu a céu aberto, tendo em vista que alguns carregam em si, valores arquitetônicos e artísticos, além de serem potenciais fontes de informações históricas.

A patrimonização do cemitério da Vila Jacuí nos permitiu resgatar um significativo espaço de memória histórica onde os aspectos geográficos e históricos da região construíram uma identidade de comunidade. Hoje, o cemitério da vila Jacuí caracteriza-se como um verdadeiro acervo de valor histórico, pois corroborou com a possibilidade de resgate e preservação da memória maçônica, além de permitir o estudo dessa Ordem secreta que perpassa os séculos e se mantém em plena atividade: a Maçonaria.

Ao pesquisarmos sobre a existência da Loja Maçônica Ordem e trabalho, podemos balizar a formação ética e moral de uma sociedade em formação, ainda sob a égide do governo imperial. Os túmulos no cemitério da vila, nesse caso, serviram como espaço de afirmação libertária diante da imponente e da opressão do catolicismo na época, tendo em vista que a Maçonaria não é considerada como uma religião e sim, uma instituição de cunho filosófica e filantrópica.

Exemplos privilegiados de representações diversas que as camadas mais abastadas buscaram construir sobre si mesmas por meio de edificações tumulares grandiosas, mediante as quais marcaram sua posição de classe e referendaram a origem de suas genealogias familiares (MOTTA, 2009: 75-76).

Até algum tempo atrás, havia um pensamento comum na cultura brasileira de que o patrimônio cultural estava ligado apenas a lugares consagrados, como as ruínas de São Miguel, Ouro Preto, Brasília, etc. Porém, atualmente, é possível encontrarmos até mesmo num distante vilarejo, algum cemitério que são verdadeiros espaços museológicos, onde suas sepulturas muitas vezes já danificadas e destruídas em parte pelo tempo podem guardar ou representar uma significativa parcela da história do nosso país.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.

Arquivo Histórico de Cachoeira do Sul, cachoeiradosul.blogspot.com

Azambuja, Graciano A. **Anuário Rio-Grandense**. Gundlach & Cia. Livreiros. Porto alegre, 1885.

Bisognin, Getulio Amauri. *Restinga Seca, nossa terra, nossa gente*. Editora Garleu Sul. Santa Cruz do Sul (RS), 2020.

Colussi, Eliane Lucia. **A Maçonaria gaucha no século XIX**. Editora Univesitária.

Universidade de Passo Fundo. EDIUPF, 1998. Pag. 102-103.

Conceição, Eleutério Nicolau. **Maçonaria, raízes históricas e filosóficas**. Madras, Livraria e Editora Ltda. 1998. São Paulo – SP.

Da Camino, Rizzardo. **Introdução à Maçonaria. 2º Volume. História da Maçonaria Brasileira**. Editora Aurora, 1972. Rio de Janeiro – RJ.

Ferreira Filho, Artur. **História geral do Rio Grande do Sul**. Ed. Porto Alegre. Globo, 1972.

IPHAN, Patrimônio Mundial Cultural e Natural. Disponível em <https://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/39>. Acesso em 23/10/2023.

Machado, Paulo Pinheiro. **A política de Colonização do Império**. Editora da Universidade/UFRGS. Porto Alegre, RS. 1ª Edição. 1999. Pag. 24.

Moraes. C. D. **Figuras e Ciclos da História Rio-grandense**. Porto Alegre: Globo. 1959.

Motta, Antonio. **Estilos mortuários e modos de sociabilidade em cemitérios brasileiros oitocentistas**. In: Horizontes antropológicos, ano 16, m.33, 2010. Disponível em <https://scielo.br>. Acessado em 12.11.2023.

Prefeitura Municipal de Restinga Seca. <https://restingaseca.rs.gov.br> Acesso em 12.11.2023.

Rizzi, Carlos. **Dos Clubes secretos às lojas maçônicas**. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro, 1946. V. 190. Pag. 29-44.